

**AVALIAÇÃO DE FUNDOS
EUROPEUS:
OPERACIONALIZAÇÃO DO
PROGRAMA REGIONAL
ALGARVE 2030**

**Concurso Público - Nº 02/CCDR
ALGARVE/2024
Sumário Executivo**

28 de maio 2026

Entidade Adjudicante:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P.

Cofinanciado por:



Os Fundos Europeus mais próximos de si.



Cofinanciado pela
União Europeia

SUMÁRIO EXECUTIVO

28 de maio de 2026

Autoria

EY-Parthenon

Coordenação

Sandra Primitivo

Especialistas

Ana Caetano

Inês Andrade

Luís Carvalho

Manuel Reis

Pedro Casimiro

Ana Terenas

João Guimarães

Teresa Castel-Branco

EY-Parthenon Lisbon
Avenida da República 90 - 3 Andar
1649-024 Lisboa
(+351) 217 912 000
www.ey.com/pt_pt

1. Objeto, âmbito e objetivos da Avaliação

A Avaliação da Operacionalização do Programa Regional ALGARVE 2030 tem como finalidade aferir, numa fase ainda inicial de implementação, se o Programa se encontra adequadamente orientado para a concretização dos seus objetivos estratégicos e específicos, bem como identificar a eventual necessidade de ajustamentos à sua operacionalização. O objetivo central da avaliação consiste na análise da coerência externa, da eficiência operativa e da eficácia do Programa, considerando o grau de implementação observado. De forma complementar, a avaliação visa (i) analisar complementaridades, sinergias e eventuais sobreposições entre o ALGARVE 2030 e outros instrumentos de política pública; (ii) aferir a capacidade do Programa para mobilizar a procura desejada, em quantidade e qualidade; (iii) avaliar a adequação dos processos de seleção das operações; e (iv) analisar se o ritmo de compromisso e de execução permite assegurar o cumprimento das metas e dos objetivos programados.

O Programa ALGARVE 2030 constitui o principal instrumento de aplicação da Política de Coesão da União Europeia na região, para o período de programação 2021-2027, sendo cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo Social Europeu Mais (FSE+). Com uma dotação programada de cerca de 780 milhões de euros, o Programa encontra-se alinhado com os referenciais estratégicos europeus, nacionais e regionais, adotando uma lógica de intervenção integrada e multinível. A sua arquitetura programática promove a articulação entre prioridades regionais, nacionais e comunitárias, bem como a complementaridade e a criação de sinergias com outros instrumentos de financiamento, designadamente o PRR e programas de cooperação territorial, visando maximizar a eficácia das intervenções e evitar sobreposições.

À data de 31/12/2024, o ALGARVE 2030 encontrava-se numa fase inicial de operacionalização, registando uma taxa de compromisso global reduzida, em torno de 10%. Observa-se um desempenho mais favorável nos eixos associados às qualificações, emprego e inclusão, bem como à coesão social e territorial, concentrando estes a maior proporção de operações aprovadas e de fundo comprometido. Em contraste, os eixos relacionados com a sustentabilidade ambiental, biodiversidade, mobilidade e descarbonização evidenciam níveis de compromisso significativamente inferiores. O ponto de situação revela ainda um volume expressivo de candidaturas submetidas, associado a uma proporção relevante de processos em fase de análise, refletindo constrangimentos operacionais e atrasos no arranque do Programa.

A informação atualizada a 30/06/2025 evidencia um aumento significativo do número de operações aprovadas e do montante de fundo comprometido, traduzindo-se numa taxa de compromisso próxima dos 18%, ainda assim inferior à média do Portugal 2030. Persistem assimetrias relevantes entre áreas de intervenção, bem como constrangimentos estruturais à execução, designadamente a concorrência com o PRR, limitações de capacidade técnica e humana dos promotores (municípios), escassez de mão-de-obra e dificuldades no mercado das empreitadas. Apesar do otimismo manifestado pelos beneficiários quanto ao cumprimento das metas contratualizadas, os atrasos no arranque e a baixa execução financeira colocam riscos relevantes à concretização plena e atempada dos objetivos e metas do Programa.

2. Metodologia

A metodologia adotada assenta numa abordagem multimétodo, de natureza integrada e pluralista, adequada à complexidade inerente à avaliação de instrumentos de política pública de desenvolvimento regional. Esta abordagem visa garantir uma análise sistemática das dimensões de coerência externa, eficiência operativa e eficácia, mobilizando simultaneamente informação quantitativa e qualitativa. O desenho metodológico articula-se com o Plano Global de Avaliação do Portugal 2030 e com o Plano de Avaliação do Programa ALGARVE 2030, estando alinhado com as orientações regulamentares e com as Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

A avaliação baseia-se na recolha e análise de um conjunto diversificado de fontes de informação, incluindo análise documental e estatística, dados provenientes dos sistemas de informação do ALGARVE 2030, entrevistas semiestruturadas a 10 entidades-chave, realização de inquéritos a promotores empresariais e não empresariais, organização de 6 focus group temáticos e desenvolvimento de um estudo de caso sobre os CTeSP. A triangulação destas fontes permite uma leitura robusta dos processos de operacionalização do Programa, assegurando a validação cruzada da evidência recolhida e a incorporação das perceções dos diferentes atores envolvidos na implementação.

A análise desenvolvida assenta na mobilização da Teoria da Ação e da Teoria da Programação, permitindo aprofundar a lógica de intervenção, os mecanismos de produção de resultados e as relações entre inputs, outputs e outcomes, em particular para um conjunto selecionado de Tipologias de Operação. A análise estrutura-se em torno de quatro Questões de Avaliação e respetivas Subquestões, organizadas segundo os critérios avaliativos definidos. A data de corte principal da avaliação é 31/12/2024, sendo complementada, sempre que relevante, por informação atualizada a 30/06/2025, de modo a permitir uma análise prospetiva mais fundamentada quanto às perspetivas de cumprimento dos objetivos e metas do Programa.

3. Conclusões

Coerência

O ALGARVE 2030 apresenta uma arquitetura programática coerente com as orientações europeias, nacionais e regionais, incluindo com a RIS3 e as prioridades territoriais. Contudo, apesar das complementaridades previstas (PRR, INTERREG, Horizonte Europa, etc.), a articulação operacional entre instrumentos é ainda limitada, originando uma importante dispersão de esforços e uma reduzida integração entre fundos/instrumentos.

O PRR tornou-se o instrumento preferencial para muitos promotores, dada a comparticipação a 100% e a menor carga administrativa. Em algumas áreas de sobreposição temática (água, energia, biodiversidade, equipamentos municipais) condiciona o ritmo de implementação do ALGARVE 2030, que é muitas vezes remetido para segundo plano pelos potenciais promotores (ou cujos potenciais investimentos são adiados). Condicionantes estruturais e contextuais amplificam a competição entre instrumentos. A escassez de recursos humanos qualificados, os custos administrativos e a complexidade procedimental fragilizam a capacidade das entidades públicas para gerir vários programas e instrumentos em simultâneo (encerramento do Algarve 2020/PT2020, PRR e ALGARVE 2030). Neste quadro, mesmo quando existe um potencial de complementaridade entre instrumentos, a capacidade de concretizar é limitada.

Desajustes pontuais entre a estratégia regional e as áreas temáticas elegíveis acentuam lacunas de cobertura. Existem domínios estratégicos não incorporados na elegibilidade do Programa (mobilidade ferroviária), o que reduz a capacidade de complementar o PRR e outros fundos disponíveis. Acresce que, por exemplo nas ITI (nomeadamente ITI Água), as condições de financiamento (40-60% de comparticipação) e critérios relativamente mais rígidos afastam potenciais beneficiários, reduzindo a articulação com outros instrumentos. Simultaneidade de instrumentos cria competição real por recursos técnicos, administrativos e de mercado. Mais do que sobreposição temática, observa-se uma incapacidade de resposta (manifestada na escassez de mão-de-obra, em concursos desertos, no aumento de custos e na saturação das equipas municipais e da própria estrutura de gestão do Programa). Estes fatores, conjugados, estão a condicionar a implementação do ALGARVE 2030 e enfraquecem o potencial de sinergias com outros instrumentos e fundos.

Eficiência Operativa

O ALGARVE 2030 revelou uma capacidade globalmente satisfatória de mobilização da procura, com 67% dos avisos a registarem um montante candidatado igual ou superior à dotação prevista, ainda que com variações relevantes entre prioridades. Destaca-se a Prioridade 4A - Qualificações, emprego e inclusão, que apresentou níveis de procura e de procura qualificada acima da média do Programa. O nível ainda reduzido de aprovações não decorre, em geral, da qualidade das candidaturas, mas antes da elevada proporção de candidaturas por analisar. As dificuldades enfrentadas pela AG e pelos OI na condução dos processos de análise de mérito e decisão emergem como fatores críticos, fortemente associados às limitações dos Sistemas de Informação (SGO e SI AG+) e à carga administrativa resultante da sobreposição entre o encerramento do PT2020 e a gestão do PRR.

Estes constrangimentos refletiram-se no incumprimento dos prazos previstos nos Planos de Avisos da CIC PT2030, apesar da publicação de quatro planos em menos de um ano. Registaram-se atrasos significativos – em alguns casos até sete meses – e a não publicação de avisos em áreas estratégicas como I&D empresarial, CLDS e formação no setor da saúde, com impacto no ritmo de implementação e nas expectativas dos beneficiários.

As ações de comunicação do Programa têm contribuído positivamente para a mobilização da procura e para a melhoria da qualidade das candidaturas, destacando-se as sessões de esclarecimento, iniciativas de capacitação e o conceito de “academia”. O site do ALGARVE 2030 é igualmente valorizado pela clareza da informação. Identificam-se oportunidades de melhoria, nomeadamente no reforço da divulgação junto de associações empresariais, na orientação de entidades intermediárias e na melhoria da apresentação e direcionamento dos conteúdos.

Os Organismos Intermédios desempenham também um papel relevante na mobilização da procura e no reforço da qualidade dos projetos, através de ações de divulgação, capacitação e acompanhamento próximo dos promotores. Iniciativas dinamizadas por entidades como a EMPIS, a ANQEP e a AICEP contribuem para um maior alinhamento dos projetos com as necessidades de qualificação, inclusão social e objetivos estratégicos regionais.

As condições de elegibilidade dos avisos foram consideradas adequadas e não constituíram, em geral, um fator dissuasor da procura. Contudo, a concorrência com instrumentos do PRR, que apresentam condições financeiras mais favoráveis, penalizou a atratividade relativa do Programa junto de entidades empresariais. Acresce que, apesar de melhorias recentes, os Sistemas de Informação continuaram a apresentar limitações funcionais, com impactos na eficiência dos processos, parcialmente mitigados pelo esforço de articulação institucional, ainda que com custos administrativos elevados.

A adoção da metodologia de OCS trouxe vantagens na simplificação e celeridade processual, aumentando a procura e o foco nos resultados dos projetos. No entanto, esta abordagem apresenta desafios iniciais, como dificuldades de interpretação nos avisos e documentos, sobretudo para promotores empresariais, e pouca adequação aos custos dos projetos de entidades não empresariais. Para maximizar o potencial dos OCS, é essencial reforçar ações de capacitação e disponibilizar materiais de apoio claros.

Adequação global do processo de seleção, mas com fragilidades específicas que limitam a maximização do contributo para os objetivos do Programa. O processo de seleção do ALGARVE 2030 demonstra, globalmente, uma adequada capacidade para apoiar operações com elevado potencial de contributo, evidenciado pela baixa taxa de sinistralidade (1,2%) e pela robustez dos critérios de admissibilidade e de mérito aplicados. No entanto, a análise por objetivos estratégicos e específicos revela assimetrias relevantes, nomeadamente no OE “Aprendizagem ao longo da vida e transições profissionais”, onde a sinistralidade atinge 5,5%, sugerindo que os atuais critérios de admissibilidade não estão a discriminar suficientemente a capacidade real de execução dos promotores. Este facto evidencia que, apesar da eficácia geral do processo, subsistem fragilidades que podem comprometer a priorização de operações com maior impacto e maturidade, especialmente em áreas com maior volume de candidaturas.

O processo de seleção revela-se tecnicamente robusto, assente em mecanismos formais de controlo e numa análise de mérito abrangente (77% das operações aceites), mas encontra-se condicionado por significativa morosidade, assimetrias procedimentais e limitações no modelo de governação. Uma parte expressiva das operações aguarda decisão por períodos prolongados (42% entre 91 e 180 dias e 16% acima dos 181 dias), evidenciando constrangimentos estruturais que podem comprometer a implementação atempada das operações com maior potencial de impacto. Estes atrasos resultam, sobretudo,

de carências de recursos humanos, dificuldades técnicas dos promotores, limitações dos sistemas de informação e de um modelo de governação com delegação restrita de competências, nomeadamente nos ITI, afetando a eficiência global do processo.

A estrutura e os ponderadores dos critérios de seleção demonstram elevada eficácia na concentração dos apoios nas operações de maior potencial. A arquitetura dos critérios do ALGARVE 2030 é sólida, coerente e multidimensional, combinando alinhamento estratégico, qualidade, capacidade de execução e impacto. A distribuição dos ponderadores, com maior peso atribuído à Qualidade e ao Impacto (30-50 pontos no Investimento Empresarial Produtivo e 30-40 pontos na Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas), favorece candidaturas mais estruturadas, inovadoras e transformadoras, assegurando a concentração dos recursos em projetos com maior relevância económica e social. A hierarquização por mérito relativo reforça ainda a seletividade no contexto de restrições orçamentais.

Apesar da adequação global, identificam-se aspetos que reduzem parcialmente a eficácia dos critérios como instrumento de priorização. Em algumas tipologias, como os CTeSP, o excesso de critérios e a ausência de priorização clara aumentam a complexidade do processo, prolongam os tempos de análise e podem introduzir desigualdade entre candidatos. Adicionalmente, a redistribuição de pontuação na ausência de histórico, embora evite penalizações injustas, pode originar distorções na avaliação. Estes elementos evidenciam que a eficácia plena dos critérios depende não apenas da sua arquitetura formal, mas também da sua simplificação, calibragem e mitigação de riscos de subjetividade, reforçando a capacidade do Programa para canalizar apoios para operações com maior potencial transformador.

Eficácia

Os desafios ao arranque do Algarve 2030, a par da concorrência e sobreposição com outros instrumentos de apoio com taxas de financiamento e condições mais atrativas, refletiram-se num baixo compromisso financeiro, indiciando potenciais dificuldades no que respeita à execução física do Programa: apenas 18% da dotação programada foi aprovada e 12% executada, a 30/06/2025. Estes atrasos impactaram prazos de análise, contratação e pagamento, condicionando operações, sobretudo empresariais, agravados por fatores externos como a disponibilidade de mão-de-obra no mercado de trabalho, o mercado das empreitadas e outros custos de contexto.

A generalidade dos promotores (empresariais e não empresariais) revela uma posição otimista quanto ao cumprimento das metas definidas, dado que a grande maioria prevê alcançar ou até ultrapassar os valores contratualizados. No entanto, o cumprimento dos indicadores contratualizados não se traduz diretamente no alcance das metas estipuladas para a globalidade do Algarve2030, sendo que perspetivas do seu cumprimento, nesta fase de programação, variam entre Objetivos Específicos.

Os Objetivos Específicos financiados pelo FEDER apresentam níveis de contratação muito heterogéneos: alguns, como promoção da I&I (RSO1.1) e gestão sustentável da água (RSO2.5), têm taxas elevadas, mas execução financeira quase nula, exigindo cautela nas perspetivas de cumprimento; outros, como educação (RSO4.2), cultura e turismo (RSO4.6) e desenvolvimento territorial (RSO5.2), registam taxas moderadas, podendo necessitar reprogramação. Já áreas como economia circular, biodiversidade, mobilidade urbana (RSO2.6, RSO2.7, RSO2.8) e competitividade das PME (RSO1.3) apresentam taxas muito baixas, associadas a atrasos nos avisos, baixa procura e estrangulamentos do mercado, agravando riscos de incumprimento. No FSE+, os apoios ao emprego (ESO4.1) e aprendizagem (ESO4.7) mostram execução moderada, enquanto adaptação à mudança (ESO4.4) e inclusão ativa (ESO4.8) estão muito abaixo das metas, com desafios adicionais na área da saúde devido à ausência de operações aprovadas.

À luz da cadeia de operacionalização do Programa (mobilização → aprovação → execução), a evidência a 30/06/2025 revela um estrangulamento a montante: o Programa estava distante de mobilizar o número e o perfil de operações necessários, com taxa de compromisso em torno de 19% e um pipeline ainda insuficiente para tracionar a execução subsequente. A concorrência do PRR, as dificuldades na transição entre períodos de programação marcados pela crise pandémica e as barreiras de entrada em tipologias específicas (p. ex., mínimos na eficiência energética) limitaram a conversão de procura em aprovações nos OE mais intensivos em investimento e licenciamento; a jusante, persistiam obstáculos operacionais e de mercado que retardavam a execução dos projetos.

Apesar de a avaliação ter corte a 30/06/2025, os dados mais recentes evidenciam uma aceleração muito expressiva do compromisso, refletindo maior mobilização e maturidade do pipeline: 38,4% global, com 34,0% no FEDER e 64,7% no FSE+. Contudo, a execução continua modesta face à nova escala de aprovações: 9,0% global (7,5% FEDER; 18,0% FSE+), mantendo o desfasamento “aprovado → executado”, sobretudo nos investimentos físicos. Em comparação com o Portugal 2030 (52,2% de aprovação; 15,9% de execução), o Algarve permanece abaixo da média nacional nestas métricas globais; ainda assim, destaca-se no FSE+ face aos restantes programas regionais, contrastando com desempenho inferior no FEDER, em linha com a maior maturidade dos domínios sociais e as exigências técnico contratuais dos investimentos de CAPEX na região.

Os atrasos na implementação do ALGARVE 2030, conjugados com outros fatores internos e externos, refletiram-se negativamente nas Tipologias de Operação com projetos aprovados, que apresentam níveis de execução financeira significativamente reduzidos à data de corte, com impactos no cumprimento das metas definidas. No investimento empresarial produtivo, apesar do alinhamento dos indicadores contratualizados com a lógica de inovação e diversificação empresarial, os níveis de execução são nulos (0%), impedindo a avaliação do cumprimento dos resultados intermédios. A contratualização privilegia métricas relevantes como inovação e produtividade, embora inclua alguns indicadores menos pertinentes neste domínio (como emissões de GEE). A única meta já contratualizada ultrapassa o objetivo programado para criação de postos de trabalho, sinalizando potencial de cumprimento caso os projetos avancem conforme previsto; subsistem, contudo, riscos associados a atrasos, escassez de mão-de-obra e custos elevados.

Os projetos de criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI) apresentam uma lógica de intervenção coerente com os objetivos do Programa, orientada para o reforço da competitividade e modernização do tecido empresarial. Ainda assim, a execução financeira é reduzida (16%), tornando prematuro aferir o alcance dos resultados intermédios. Os indicadores contratualizados alinham-se parcialmente com a Teoria da Programação, sobretudo ao nível dos resultados, mas revelam menor adequação às realizações, sendo que atrasos na contratualização e constrangimentos externos podem condicionar a eficácia dos apoios.

Os CTeSP destacam-se como a tipologia com maior proximidade ao cumprimento dos objetivos intermédios, apresentando uma taxa de realização de 45% e indicadores alinhados com o reforço da empregabilidade e do acesso ao ensino superior. Estes cursos contribuem para a redução de assimetrias na qualificação e para o ajustamento da oferta formativa às necessidades do mercado regional, reforçando a articulação entre instituições de ensino superior e tecido empresarial. Ainda assim, persistem fragilidades nos indicadores contratualizados, que poderiam ser mais claros e incorporar métricas relativas à integração no mercado de trabalho ou progressão académica. A implementação enfrenta ainda desafios, como dificuldades na contratação de docentes e taxas de desistência relevantes, mantendo, contudo, um carácter estratégico para a promoção de percursos de progressão profissional e qualificação.

No domínio das parcerias para a inovação social, apesar do alinhamento conceptual com os objetivos de inclusão e redução de vulnerabilidades sociais, a execução financeira é praticamente inexistente (1%), comprometendo a concretização dos resultados intermédios. Os indicadores contratualizados apresentam limitações, com métricas pouco específicas e de difícil mensuração, que não refletem plenamente os impactos esperados. Embora os promotores reconheçam contributos relevantes para metas sociais, como a redução do insucesso escolar e a promoção da inclusão, a contratualização privilegia compromissos agregados, com fraca granularidade para avaliação de mudanças estruturais, dificultando a monitorização da eficácia e impacto das operações.

Numa perspetiva global, a análise das Tipologias de Operação com projetos aprovados evidencia que, apesar da adequação geral dos indicadores em termos de especificidade e mensurabilidade, subsistem limitações ao nível da tangibilidade e temporalidade. A ausência de metas intermédias e ambiguidades na formulação de alguns indicadores dificultam o acompanhamento progressivo da execução e aumentam o risco de concentração no final do período. Adicionalmente, a contratualização privilegia resultados diretos, como criação de emprego ou conclusão de cursos, em detrimento de métricas que captem mudanças estruturais, como integração sustentável no mercado de trabalho, transformação digital ou inclusão social efetiva, limitando a avaliação do impacto agregado do Programa.

4. Recomendações

Acelerar a análise e decisão das candidaturas:

- Reforçar equipas técnicas com contratação temporária ou mobilização interna, garantindo especialização por tipologia de projeto;
- Implementar procedimentos simplificados, eliminando descrições que já constem de documentos anexos, padronizando grelhas de avaliação e adotando pareceres técnicos baseados em check-lists objetivas.

Mecanismos de alerta e cumprimento da regra n+3 e acelerar execução financeira:

- Criar um dashboard preditivo avançado, integrado no Sistema de Informação, que transforme os dados do boletim mensal em alertas prospetivos. Este painel deve incluir algoritmos para antecipar riscos, sinalizar operações críticas e propor medidas corretivas específicas por prioridade;
- Promover um acompanhamento de proximidade (regular) das operações críticas;
- Identificar os projetos com maior impacto no cumprimento da regra n+3, com base na tipologia, velocidade de execução e valor financeiro, priorizando ações corretivas nestes casos;
- Monitorizar mensalmente operações prioritárias, com relatórios automáticos que incluam propostas de reprogramação intercalar e redistribuição de verbas;
- Estabelecer um sistema de indicadores de risco específicos para 2027-2028, utilizando dados financeiros do boletim mensal para comparar trajetórias atuais com as necessárias, permitindo ajustes imediatos;
- Elaborar cenários de contingência, ativados automaticamente quando as projeções mensais indicarem risco superior a 15% de incumprimento, garantindo resposta rápida e eficaz;
- Definir mecanismos automáticos de reprogramação, acionados quando a análise preditiva identificar divergências superiores a 20% face às metas n+3 em qualquer prioridade.

Ajustar as regras de participação e reduzir as barreiras de acesso nas áreas críticas:

- Simplificar os critérios de elegibilidade e reduzir as exigências de agregação quando estas afastam promotores relevantes;
- Avaliar a viabilidade de implementar majorações territoriais para zonas mais vulneráveis ou com menores capacidades técnicas instaladas.
- Identificar oportunidades complementares de financiamento para a CPN em linha com práticas já implementadas pela AG, por exemplo com o Fundo Ambiental ou Linhas de apoio do Turismo de Portugal, ambas através do Orçamento de Estado.

Ajustar a programação e o calendário de avisos à capacidade real de resposta do mercado e das autarquias:

- Evitar a sobreposição com a fase crítica (final) de execução do PRR, sobretudo em setores com elevada pressão (construção civil, infraestruturas de água,...);
- Equacionar o planeamento de avisos faseados, com abertura sequencial por tipologia, para distribuir a carga administrativa e diminuir a possibilidade da existência de concursos desertos;

- Incorporar mecanismos de pré-avaliação de maturidade dos projetos para melhorar a previsibilidade e reduzir as desistências.

Reforçar os mecanismos formais de coordenação entre instrumentos (PT2030, fundos setoriais, PRR):

- Recorrer aos órgãos consultivos da CCDR Algarve para monitorizar eventuais sobreposições, alinhar calendários de avisos e monitorizar as metas de implementação/execução;
- Partilhar antecipadamente informação sobre tipologias, elegibilidades e janelas de financiamento, evitando “picos” simultâneos que sobrecarregam os municípios e o mercado;
- Produzir orientações conjuntas que clarifiquem complementaridades e fronteiras entre o ALGARVE 2030 e outros instrumentos, reduzindo a incerteza entre os beneficiários.

Reforçar a articulação operacional das ITI (AMAL e Água) com outros fundos e estruturas territoriais:

- No caso da ITI AMAL - definir e operacionalizar um plano de coordenação com as estruturas de gestão do PRR para garantir que investimentos complementares não deixem de avançar por falta de capacidade técnica;
- No caso da ITI Água - reforçar o envolvimento das ADL para mobilizar pequenos promotores;
- Criar reuniões trimestrais de governança multinível AMAL-AG-entidades setoriais para monitorizar riscos de redundância ou competição.

Reforçar governança e articulação interinstitucional:

- Descentralizar de competências e autonomizar os OI, reduzindo a pressão administrativa sobre a AG, por exemplo, devolvendo a responsabilidade de realização de pagamentos/ adiantamentos aos OI sem a validação da AG;
- Institucionalizar aprendizagem adaptativa, através de: i) criação base de dados de lições aprendidas e boas práticas partilhadas; ii) realização de reuniões mensais entre as equipas da AG e OI; iii) desenvolvimento de sistema de alerta precoce para identificação de constrangimentos emergentes, antes que se consolidem como problemas sistémicos.

Reforçar a capacitação e comunicação com beneficiários:

- Continuar a apostar nos instrumentos de comunicação tradicionais: sítio online, redes sociais, newsletter eletrónica, comunicação social e eventos/ sessões públicas;
- Promover mais sessões segmentadas (empresas, IPSS, municípios), webinars regulares e iniciativas em formato “academia” para esclarecimento direto e capacitação dos promotores (antes e após lançamento de determinados avisos, consoante a sua importância/ especificidades);
- Disponibilizar questionário online de orientação rápida para encaminhar os promotores e auxiliar na escolha dos apoios adequados;
- Criar simuladores online, para cálculo de elegibilidade e financiamento, com resultados imediatos;
- Estabelecer parcerias estratégicas com associações empresariais, ordens profissionais e confederações setoriais para amplificar a comunicação e identificação de potenciais beneficiários;
- Fortalecer o papel dos OI em matéria de comunicação, divulgação e capacitação, quer dos beneficiários, quer dos destinatários finais;
- Produzir mapas comparativos simples entre o ALGARVE 2030, o PRR e o Fundo Ambiental (taxas, elegibilidades, prazos), para reduzir a confusão e facilitar escolhas informadas;

Modernizar sistemas de informação e simplificar procedimentos administrativos:

- Produzir guias práticos e manuais com exemplos reais e linguagem acessível, cobrindo todas as fases da operação;
- Expandir FAQ e disponibilizar vídeos tutoriais para dúvidas recorrentes, com atualização contínua;
- Realizar uma avaliação dos formulários de candidatura para eliminar campos redundantes, implementar auto-preenchimento baseado em candidaturas anteriores e a correção das limitações técnicas da plataforma;
- Garantir interoperabilidade entre sistemas de informação, evitando duplicação de dados e inconsistências;
- Continuar a capacitar as equipas técnicas da Linha dos fundos, promovendo sessões de esclarecimento/ formação e fornecendo materiais de suporte.

Reforçar capacidades técnicas especializadas:

- Definir um plano estruturado de recrutamento, priorizando perfis técnicos especializados em áreas de maior complexidade (investigação, ambiente, transportes), ou estabelecer mecanismos de articulação eficaz entre departamentos governamentais para suprir carências;
- Implementar um programa de capacitação contínua, dirigido a entidades beneficiárias e técnicos das estruturas de gestão, com foco em gestão de fundos europeus, planeamento estratégico e monitorização;
- Estabelecer parcerias formais com instituições académicas, como universidades e centros de investigação, para formação avançada de especialistas em fundos europeus e desenvolvimento de competências técnicas específicas;
- Criar mecanismos de retenção de talento, incluindo incentivos à progressão profissional e condições atrativas para evitar rotatividade elevada;
- Integrar módulos práticos e certificações reconhecidas, garantindo que os técnicos adquiram competências aplicáveis e alinhadas com padrões europeus.
- Alargar o quadro de recursos humanos especializado alocados à gestão do Programa, atendendo ao elevado volume de candidaturas sujeitas à análise de mérito e aos alargados prazos de decisão na fase de seleção;

Reforçar a seletividade e a eficiência do processo de seleção através do aumento da capacidade operacional da gestão, assegurando uma avaliação mais diferenciadora e uma tramitação mais célere das candidaturas:

- Mobilizar recursos humanos adicionais temporários (internos ou externos) para OE com maior volume e morosidade;
- Criar equipas especializadas por tipologia de operação, reduzindo tempos de aprendizagem e aumentando a qualidade e velocidade da análise;

- Investir na incorporação de ferramentas de Inteligência Artificial (AI) nos sistemas de informação sempre que possível, em especial, na fase de análise de mérito das candidaturas. Esta opção permitirá uma maior agilização processual, rigor de análise, diminuição do risco de subjetividade, nomeadamente, num quadro marcado por constrangimentos ao nível da alocação dos recursos humanos;
- Introduzir automatizações para pré-validação documental e verificação de elegibilidade simples, libertando capacidade analítica para a avaliação substantiva das candidaturas;
- Incorporar um mecanismo de “alerta de risco de sinistralidade” baseado em indicadores precoces, que permita decisões mais prudentes e acompanhamentos reforçados;
- Criar sessões de capacitação direcionadas para promotores com maior incidência de erros ou insuficiências técnicas.

Ajustar e simplificar a matriz de critérios de seleção, reforçando a sua equidade, eficiência e capacidade de identificar operações de elevado impacto:

- Continuar a simplificar, tanto quanto possível, os critérios de seleção em algumas TO, nomeadamente, nos “Cursos Técnicos Superiores Profissionais” (CTeSP), de forma a encurtar os tempos de análise e promover uma maior objetividade na seleção das operações;
- Reduzir o número de critérios e subcritérios redundantes, sobretudo na categoria “Qualidade”, concentrando-os em dimensões-chave que traduzam claramente o impacto e relevância da operação;
- Introduzir um limite máximo de subcritérios por categoria, garantindo maior equilíbrio entre TO e evitando desigualdades entre entidades com diferentes capacidades técnicas;
- Ajustar ponderadores de forma a evitar que critérios com menor poder diferenciador influenciem excessivamente o resultado final. Para TO centradas em impacto económico e inovação, reforçar o peso dos critérios de impacto e transformação estrutural. No caso de TO sociais, reforçar o peso dos critérios ligados a relevância social, alcance comunitário e sustentabilidade pós projeto;
- Aperfeiçoar a combinação dos critérios de avaliação na fórmula de Mérito do Projeto (MP), reforçando a robustez e a adequação ao processo de seleção das candidaturas, de forma a garantir uma crescente concentração dos apoios nas operações de maior potencial face aos objetivos do Programa;
- Rever o mecanismo de redistribuição de pontuação na ausência de histórico, nomeadamente criando limites à redistribuição para evitar que operações com fragilidades estruturais sejam artificialmente valorizadas e ponderando a criação de um critério alternativo “potencial de implementação futura”;
- Reforçar critérios que testem capacidade de execução real dos promotores (histórico de execução, capacidade financeira, equipa técnica disponível, maturidade do projeto).

Melhorar sistema de indicadores e monitorização:

- Criar um sistema de indicadores complementares, com base no Sistema Regional de Estatística, para captar mudanças estruturais na economia e sociedade, indo além dos resultados diretos dos projetos individuais;
- Introduzir metas intermédias realistas, permitindo ajustes durante a execução e correção atempada;
- Implementar um sistema de alertas automáticos, acionado para desvios superiores a 15% das metas contratualizadas, ativando mecanismos de apoio técnico e eventual revisão de objetivos;
- Definir consequências claras e progressivas pelo incumprimento sistemático, equilibrando função orientadora com realismo face a constrangimentos externos;
- Promover harmonização entre indicadores comunitários e regionais, assegurando adequação às especificidades territoriais e coerência com padrões europeus;
- Concentrar o sistema de monitorização num conjunto reduzido de indicadores, mais claros e relevantes, que permitam avaliar de forma eficaz as realizações e resultados do Algarve 2030.
- Integrar sistemas digitais para recolha e análise de dados, com dashboards interativos e relatórios automáticos para gestores e beneficiários.

